

A Intervenção com as Comunidades Ciganas: em prol da igualdade de género e de oportunidades

“A luta das mulheres para conseguir espaços de igualdade é difícil, mas temos de ter a capacidade de tomar decisões com a nossa própria voz. Neste caminho, tivemos necessidade de alterar alguns dos nossos costumes e tradições por novos valores de acordo com o tempo em que vivemos, mas tendo sempre presente que esta mudança esteja em consonância com a nossa cultura e que nos permita a inclusão na sociedade maioritária sem que isso obrigue a perder ou a renunciar a alguns valores como a união familiar, a solidariedade, a liberdade, entre outros. Somos mulheres que avançamos ao ritmo da sociedade, de acordo com os valores constitucionais que rege a nossa convivência”.

Manifesto das Mulheres da Fundación - Instituto de Cultura Gitana

A EAPN Portugal tem como missão defender os direitos humanos fundamentais e garantir que todos tenham as condições necessárias ao exercício da cidadania e a uma vida digna, promovendo a luta contra a pobreza e a exclusão social, o trabalho em rede e o envolvimento de toda a sociedade. Para tal, um pilar importante da intervenção da instituição passa necessariamente pelo desenvolvimento de ações que promovam uma melhor inclusão das pessoas nas comunidades onde se inserem, havendo por isso uma responsabilidade acrescida relativamente aos grupos minoritários, que são excluídos e discriminados nessas comunidades, como são exemplo as comunidades ciganas. As Comunidades Ciganas vivem, de forma geral, em condições precárias de habitação, com baixas qualificações escolares e profissionais e com dificuldade de acesso à maioria dos bens e serviços. Desta forma, as Comunidades Ciganas enfrentam processos nos quais se desenvolvem estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias que constituem importantes barreiras à inclusão nas mais diversas áreas da sociedade, incluindo a educação, a habitação, a saúde, o trabalho, o acesso à justiça, entre outros. Estes elementos impedem estes cidadãos de saírem das situações de vulnerabilidade e exclusão social em que se encontram sendo um entrave à sua inclusão. Esta situação constitui um ciclo vicioso que se auto-perpetua e que reforça a exclusão nas suas mais diversas formas.

Assim, é necessário criar as condições necessárias para que a participação destas comunidades na sociedade se realize em igualdade face à restante população, pois viver numa situação de exclusão social significa estar ausente/distante de todos os princípios inerentes ao exercício da cidadania e este requer, por sua vez, um conjunto alargado de direitos e deveres. Neste sentido, a inclusão destas comunidades

têm vindo adquirir visibilidade na agenda política nacional e europeia, exigindo a necessidade de definir ações específicas, integradas e eficientes para combater as desigualdades e as desvantagens estruturais que as comunidades ciganas enfrentam em toda a Europa.

Contudo, promover a inclusão das comunidades ciganas implica, igualmente, intervir ao nível da igualdade de oportunidades e de género, o que nos desafia para um trabalho mais focalizado nas mulheres ciganas, uma vez que devido às especificidades dos papéis sociais que ocupam na estrutura familiar e na própria sociedade acabam por ser alvo de situações de discriminação e de desigualdade. Esta particular atenção nas mulheres ciganas incide, fundamentalmente, na sua dupla condição: ser mulher e pertencer a uma minoria com dificuldades de integração numa sociedade que possui grandes representações e estereótipos negativos face à mesma. Discriminadas no acesso ao emprego, a apoios sociais, entre outros, as mulheres ciganas são as que mais sofrem com a pobreza no contexto europeu. Para estas mulheres a exclusão social começa, desde logo, pelas regras impostas nas comunidades onde se inserem, refletindo-se, desde logo, na educação. As meninas ciganas são retiradas do sistema de ensino mais cedo do que os rapazes apresentando níveis de escolaridade mais baixos relativamente à população feminina em geral e também em relação aos rapazes ciganos.

As mulheres ciganas desenvolvem-se normalmente num espaço privado e doméstico, desempenhando um papel muito específico: o controlo da vida doméstica quotidiana que inclui as responsabilidades do cuidado das crianças e das pessoas idosas, a educação das crianças, o controlo das condutas sociais e morais e a transmissão dos valores e costumes nas suas comunidades. Têm, assim, um papel-chave no processo de socialização e, desta forma, a sua identidade de género está definida por essa importante função social. Esta função determina, em parte, o que são e como se situam nas suas comunidades. Segundo o Relatório da Comissão Europeia sobre Igualdade de Género (2010) – *Igualdade entre homens e mulheres – “a pobreza afecta em especial as mulheres em situações vulneráveis, tais como as mães solteiras, as idosas solteiras, as mulheres com deficiência, as imigrantes e as mulheres oriundas de minorias étnicas. As mulheres ciganas correm um risco de marginalização e exclusão”*.¹

No entanto, é visível em algumas comunidades que as mulheres ciganas encontram-se num forte processo de transformação social que afeta os seus modos de vida e os seus valores de referência. Este

¹ Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Igualdade entre Homens e Mulheres, pg.11, 2010.

processo reflete igualmente os principais desafios que as mulheres ciganas enfrentam diariamente no sentido de garantir por um lado, a sua identidade cultural e, por outro lado, o exercício de uma cidadania plena e ativa numa sociedade que é de todos. Assim, é necessário que, por um lado, as mulheres tenham consciência que os seus processos de inclusão não “obrigam” a uma perda de identidade relativamente à cultura cigana e, por outro lado, que é necessário combater preconceitos e representações que a população em geral possui sobre estas comunidades. Neste sentido, a EAPN Portugal tem vindo a desenvolver um conjunto de ações que fomentem a plena participação da mulher cigana em todos os níveis da sociedade. Estas ações têm como principais objetivos: i) sensibilizar e informar a sociedade em geral para a realidade social das comunidades ciganas e das mulheres em particular; 2) refletir sobre as problemáticas inerentes à condição feminina nas comunidades ciganas, fomentando o *empowerment* destas mulheres; c) contribuir para a desconstrução de estereótipos numa perspectiva de promoção de igualdade de género e de oportunidades.

Acreditamos que é através de pequenos passos e da corresponsabilização de vários atores que a situação das mulheres ciganas poderá ser alterada e tornarem-se verdadeiros agentes de mudança. Mudança que importa efetuar com a máxima urgência ao nível dos preconceitos e estereótipos que existem e que influenciam a sua situação social.

Estratégias / medidas para promover o desenvolvimento pessoal, social e profissional das mulheres ciganas, assim como a igualdade de oportunidades e de género:

Algumas dificuldades de inclusão e de bem-estar das mulheres ciganas são culturais, sociais e económicas, consequência do mútuo desconhecimento, das situações de pobreza e exclusão social em que se encontram. Desta forma, consideramos que existem algumas linhas de intervenção que poderão promover a inclusão destas comunidades em geral e das mulheres ciganas em particular:

1 – A intervenção deve incidir na transformação social tendo presente os princípios da justiça social e da igualdade. Mas isso só é possível se tivermos presente a perspectiva de género o que significa ter presente as diferenças e as desigualdades que existem entre as mulheres e os homens nas comunidades ciganas.

2 - A intervenção com as mulheres ciganas deve ter presente a sua dupla condição: ser mulher e pertencer a uma minoria étnica que apresentam dificuldades de inclusão numa sociedade que possui

algumas representações e estereótipos face a estas comunidades. **Por isso, é necessário que a intervenção seja desenvolvida numa perspectiva intercultural e de igualdade de oportunidades.**

3 – Conhecimento da realidade das mulheres ciganas, tendo presente as necessidades e os principais desafios que enfrentam diariamente. Só através de um conhecimento aprofundado sobre as comunidades, é que se pode definir medidas e estratégias de forma a combater as desigualdades, a discriminação e a injustiça social. Importa igualmente salientar que as comunidades ciganas não são homogéneas, sendo fundamental conhecer a realidade da comunidade com a qual vamos trabalhar.

4 - Medidas articuladas e integradas – É pertinente definir políticas e medidas mais ativas de inclusão social, não se restringindo a políticas e a projetos avulso e pontuais que não têm continuidade ou sustentabilidade. Por isso, são necessárias políticas integradas e articuladas entre as diferentes áreas de intervenção, promovendo a participação da mulher cigana em todos os domínios da sociedade e que estas sejam as verdadeiras protagonistas dos seus processos de inclusão.

5 – Fomentar a participação efetiva das Comunidades Ciganas - É importante fomentar a presença e a participação das mulheres ciganas na conceção, implementação, execução e avaliação das intervenções de forma a promover a sua participação nas suas próprias comunidades e na sociedade em geral. As mulheres ciganas constituem um papel-chave de coesão nas comunidades ciganas, fator fundamental para a promoção da inclusão.

6 – Promover um processo de ativação e motivação das mulheres ciganas, proporcionando a tomada de consciência de si mesma (significa reconhecerem-se a si mesmas, aceitarem-se como pessoas que têm interesses, necessidades e gostos próprios). Para tal, é necessário apostar na reflexão pessoal das mulheres ciganas baseada no seu contexto familiar e social, implicando a aprendizagem do que as mulheres são e podem ser, permitindo uma maior participação na sua comunidade e na sociedade envolvente. Esta reflexão deve, igualmente, partir das suas próprias experiências de forma a refletir as dificuldades que sentem no dia-a-dia, assim como os estereótipos de que são vítimas e que contribuem para a redução das oportunidades de integração nas diferentes esferas da sociedade.

7 - Trabalho em rede/trabalho intersectorial e acompanhamento sistemático e contínuo das iniciativas desenvolvidas - é necessário concentrar esforços e apostar num forte trabalho em rede, envolvendo

vários atores e instituições com ampla experiência neste domínio, de forma a promover a inclusão das mulheres ciganas.

8 - Promover a mediação intercultural e o associativismo cigano - A mediação e as associações ciganas são recursos pertinentes que atuam como ponte entre as comunidades ciganas e a sociedade em geral. São igualmente um instrumento/espço de empowerment das mulheres ciganas.

9 - Formação dos profissionais sobre a diversidade cultural – Para se obter uma intervenção eficaz junto das comunidades ciganas, deve-se promover a proximidade entre os profissionais e estas comunidades, tentando criar uma relação de confiança e de empatia no sentido de desmistificar estereótipos e preconceitos existentes. Para tal, é importante o desenvolvimento de um trabalho contínuo de sensibilização de todos os profissionais através de formação multicultural. É também importante que os profissionais integrem a dimensão de género nas suas intervenções.

10 – Apresentação e divulgação de “casos de referência” ou de “sucesso” no sentido de mostrar, à sociedade em geral e às comunidades ciganas, que existem outras realidades nas comunidades ciganas, nomeadamente processos de inclusão junto das mulheres ciganas.

11 - Desenvolver junto das comunidades ciganas a consciência de que são cidadãos com iguais direitos relativamente à restante população, assim como sensibilizar que a perspectiva de género está relacionada com a promoção dos direitos humanos. Intervir a partir de uma perspectiva de género não é mais do que intervir ao nível da promoção e defesa dos direitos humanos, pois devemos garantir que as mulheres possam ter os mesmos direitos que os homens para que tenham as mesmas condições de igualdade.

12 - Implementar as medidas que a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas contempla, especificamente as medidas de combate à desigualdade e à promoção da Igualdade de Género: a) enquadrar os valores familiares ciganos nos princípios e valores da sociedade portuguesa; b) investir em estratégias de empoderamento das mulheres ciganas através da mediação e do associativismo feminino.

As mulheres ciganas encontram-se inseridas numa sociedade mais ampla da qual fazem parte. São cidadãs nacionais e europeias com todos os direitos e deveres que lhes são dados. E como tal devemos apostar e garantir que esses direitos não sejam ameaçados por situações de pobreza, exclusão social,

desigualdade, discriminação e racismo. Tal como refere o IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013), *“a participação é um ato de cidadania, permitindo a mobilização de todos/as para a construção de uma sociedade mais justa e mais inclusiva, através de um olhar de género”*.²

Assim, no Ano Europeu dos Cidadãos, devemos contribuir para a inclusão destas mulheres e para a formação de cidadãs conscientes dos seus direitos e deveres, mas também cidadãs capazes de se assumirem como verdadeiros agentes transformadores de uma sociedade mais justa e igualitária, uma sociedade que respeite e que promova os direitos de todos os cidadãos, particularmente das mulheres ciganas. O grande desejo da maior parte das mulheres ciganas é encontrar um ponto de equilíbrio entre o seu desenvolvimento (pessoal, social e profissional) na sociedade sem perder a sua identidade cultural.

É nossa expectativa que possamos diariamente contribuir com a nossa intervenção para a difícil missão que se nos coloca todos os dias: promover a inclusão social de todos os cidadãos e, em particular, daqueles que enfrentam maiores situações de pobreza e exclusão social, entre os quais figuram sem quaisquer dúvidas as mulheres ciganas. Neste sentido a EAPN Portugal caminha de forma a promover a inclusão, a igualdade, a dignidade humana e a cidadania. Sabemos que estamos perante um longo percurso, mas caminhamos com a esperança que a nossa intervenção e o forte trabalho em rede (com as próprias comunidades ciganas, profissionais e decisores políticos) promova, efetivamente, a integração plena e a participação destas comunidades, particularmente das mulheres ciganas, na sociedade da qual todos nós fazemos parte.

Trabalhar a partir da perspectiva de género abre-nos para um caminho que exige uma mudança no seio das comunidades ciganas e também junto da sociedade em geral: uma mudança que é pertinente, possível e necessária.

Novembro de 2013

Maria José Vicente

² IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013), Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete da Secretaria de Estado da Igualdade, p.4